



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões: Art. 24, II

Educação, Cultura e Desporto

Const. e Justiça e de Redação (Art. 54, RI)

Em 14/12/99

PRESIDENTE

*Projeto de lei nº 2226/99*

*"Institui programa "Paz na Escola", de ação interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino no país e dá outras providências."*

### **O CONGRESSO NACIONAL decreta:**

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa Paz na Escola, de ação interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino no país.

**Art. 2º** - Para implementar o programa, em cada unidade escolar será criada uma equipe de trabalho, constituída por professores, funcionários da escola, alunos, especialistas em educação, pais e representantes ligados à comunidade escolar.

*Parágrafo único:* dependendo das peculiaridades de cada escola, poderão ser chamados a integrar a equipe de trabalho:

- I - autoridades;
- II - órgãos de segurança;
- III - entidades públicas ou privadas;
- IV - entidades de classe;
- V - conselhos comunitários;
- VI - cidadãos que possam colaborar para a execução dos objetivos propostos.



**Art. 3º - São objetivos do programa:**

I - criar equipes de trabalho vinculadas aos Conselhos Escolares para atuar na prevenção e no controle da violência nas escolas, analisar suas causas e apontar possíveis soluções;

II - desenvolver ações e campanhas educativas, de conscientização e valorização da vida, dirigidas às crianças, aos adolescentes e à comunidade envolvida;

III - implantar ações voltadas ao controle da violência na escola, com vistas a garantir o reconhecimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a promoção da harmonia e da paz entre a comunidade escolar;

IV - desenvolver ações culturais, sociais e desportivas que fortaleçam os vínculos entre a comunidade e a escola;

V - garantir a qualificação e o treinamento de todos os integrantes da equipe de trabalho, a fim de prepará-los para prevenir e enfrentar a violência na escola.

**Art. 4º -** Para coordenar as ações deste programa será criado um núcleo central e núcleos regionais, que terão a supervisão e acompanhamento do Ministério da Educação.

**Art. 5º -** O núcleo central estará ligado às Secretarias Estaduais de Educação e traçará as diretrizes, sob a supervisão do Ministério da Educação, que dará suporte ao desenvolvimento do programa, com a participação de:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



- I - técnicos do Ministério da Educação;
- II - técnicos das Secretarias Estaduais de Educação;
- III - técnicos das Secretarias Estaduais da Saúde;
- IV - técnicos das Secretarias Estaduais da Justiça e Segurança;
- V - técnicos de entidades não-governamentais;
- VI - universidades;
- VII - entidades religiosas.

**Art. 6º** - Os núcleos regionais, estabelecerão conexão entre o núcleo central e as equipes de trabalho e darão respaldo às ações destes últimos, e terão composição intersecretarial, multiprofissional e de participação comunitária, contando com:

- I - técnicos das Secretarias de Estados e Municípios da região;
- II - representantes dos seguintes órgãos e entidades:
  - a) grêmios estudantis;
  - b) conselhos escolares;
  - c) conselhos municipais de educação;
  - d) conselhos municipais de saúde;
  - e) conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente;
  - f) conselhos tutelares;
  - g) promotorias da infância e da juventude;
  - h) juizados da infância e da juventude;
  - i) pastorais e entidades religiosas;
  - j) universidades;
  - k) sindicatos e entidades de classe.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



**Art. 7º** - Fica autorizado o Ministério da Educação a firmar convênios com estados para a instituição deste programa.

**Art. 8º** - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

**Art. 9º** - Revogadas as disposições em contrário.

### ***JUSTIFICATIVA***

Recente pesquisa da Universidade de Brasília e da Confederação dos Trabalhadores em educação feita em 1.440 escolas estaduais de todo país, revelou que mais de 55% sofrem com ações de vandalismo.

O vandalismo é a primeira face da violência das escolas. Destruir salas de aula, quebrar os equipamentos dos banheiros tornou-se diversão para alguns alunos. Dados divulgados são alarmantes: o uso de drogas nas imediações das escolas e até dentro delas, ameaças contra a vida, furtos e depredações tornaram-se constantes na maioria dos educandários brasileiros. Segundo o DECA/RS (Departamento Estadual da Criança e do Adolescente) apenas na cidade de Porto Alegre no mês de abril/99 houve pelo menos 20 casos de agressões físicas, entre ameaças de morte e porte ilegais de armas, envolvendo estudantes e educadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Não adianta erguer muros, colocar grades e fechar os portões, na tentativa de reestabelecer a paz.

Este projeto de lei visa integrar as forças vivas da sociedade para junto com o Poder Público, desenvolver ações com a comunidade na tentativa de com acompanhamento familiar reintegrar o jovem infrator ao convívio de todos.

Sala das Sessões,     /     /99

14/12/99

**Deputado Enio Bacci PDT/RS**